

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 15 DE AGOSTO DE 2006

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelas Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dando cumprimento a decisão unânime do Colegiado em sua 175ª reunião ordinária, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial com fulcro nos artigos 4º e 6º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com o objetivo de:

I - Acompanhar denúncias, encaminhadas ao CDDPH, de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no País, realizando um levantamento empírico desses casos;

II - Apresentar sugestões e propostas no que concerne à prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação dessas barragens e a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas.

Art. 2º A Comissão Especial terá a seguinte composição:

I - Doutor HUMBERTO PEDROSA ESPÍNOLA, representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que a coordenará;

II - Deputada Federal LUCI CHOINACKI, representante da Câmara dos Deputados;

III - Professor CARLOS BERNARDO VAINER, representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR;

IV - Doutor RICARDO MONTAGNER, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB;

V - Doutor JOÃO AQUILA OMOTO, representante do Ministério Público Federal – MPF;

VI - Um representante do Ministério de Minas e Energia – MME;

VII - Um representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA; e

VIII - Um representante da Defensoria Pública da União.

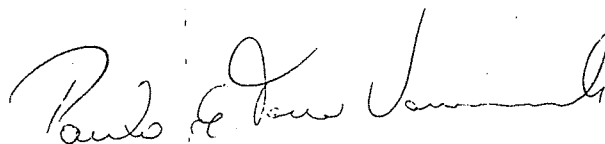
Parágrafo único. Poderão ser convidados a prestar colaboração à Comissão Especial, especialistas, peritos e outros profissionais, cujas habilidades e competência sejam necessárias ao bom desempenho das atividades.

Art. 3º Para o desenvolvimento dos trabalhos, esta Comissão Especial poderá utilizar as informações contidas no documento final, elaborado pelo *Grupo Interministerial*, constituído no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, que teve por objeto o estudo da problemática das populações atingidas por barragens.

Art. 4º A Comissão Especial exercerá suas atividades por cento e vinte (120) dias, prorrogáveis pelo prazo que se fizer necessário ao exercício de suas atribuições, devendo submeter relatórios parciais e relatório final ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 5º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos prestará à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

Art. 6º Revogar as Resoluções nº 15 de 31 de março de 2006 e nº 21 de 16 de maio de 2006.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Paulo de Tarso Vannuchi', is centered on the page. The signature is fluid and cursive, with the first name 'Paulo' being the most prominent.

PAULO DE TARSO VANNUCHI